

A ANÁLISE DO DISCURSO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

William Héctor Gómez Soto¹

I Introdução

Inicialmente é necessário salientar algumas considerações sobre o tema: a falta de interesse da sociologia em utilizar o discurso como objeto de pesquisa, o predomínio da chamada escola francesa da análise do discurso nos relativamente poucos trabalhos realizados nesse campo no Brasil e o insuficiente domínio, por parte dos cientistas sociais, da teoria e das técnicas lingüísticas necessárias para quem decide mergulhar no universo da análise do discurso.

O primeiro talvez se explique pelo fato de que o discurso é passível de receber com "maior facilidade" a influência de fatores "ideológicos". Nas ciências sociais, é precisamente a ciência política quem tem feito maior uso da análise do discurso. Não significa isto que a sociologia não tenha trabalhado nesse campo. O que queremos enfatizar é que a sociologia não tem aproveitado, em profundidade, o discurso como objeto de estudo. De fato, acreditamos que a sociologia pode considerar o discurso como expressão do real e procurar as relações sociais que podem ser construídas a partir de determinadas formações discursivas. Acreditamos que a apropriação do conceito de discurso pelas ciências sociais provocará um questionamento e uma desorganização de modelos teóricos dominantes porque considerar o discurso como objeto de estudo das ciências sociais significará lidar também com o conceito de ideologia e porque o conceito de discurso rompe com a falsa dicotomia entre o real e o aparente, entre o material e o pensamento. A ideologia não deve ser considerada simplesmente como uma inversão do real e sim como um elemento fundamental que merece ser considerado nas análises dos cientistas sociais. Contudo fica o desafio para as ciências sociais de repensar o discurso como um fenômeno social.

¹ Economista, Doutorando em Sociologia (UFRGS) e Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC.

O predomínio da Escola francesa da análise do discurso é significativo porque explica a influência do estruturalismo e do marxismo. O discurso se apresenta como um campo onde se expressam as contradições de classes e numa perspectiva globalmente marxista, busca-se a relação língua/classe social. Sem querer aderir a qualquer tipo de visão mecânica do marxismo, acreditamos que em alguma medida o sociólogo pode encontrar no discurso uma referência às contradições e à luta pelo poder, seja este cultural, político, econômico ou social.

Quem decide aceitar o desafio de construir um objeto de pesquisa a partir do discurso, depara-se com um mundo complexo e quase desconhecido: o mundo da lingüística, nem sempre eficazmente desvendado (o que nos leva a supor que em alguns casos talvez exista um excesso de arsenal técnico para analisar um determinado corpo discursivo). Sem dúvida, o que a maioria dos analistas tem feito é selecionar um grupo pequeno de técnicas para utilizá-las no estudo do discurso, o que não deixa de ter sentido levando-se em conta a dificuldade de apropriação dos instrumentos e conceitos da lingüística.

O objetivo deste trabalho é mostrar que a análise de discurso não é uma mera técnica que pode ser usada por determinadas teorias sociais e sim que ela implica uma discussão teórica sobre o real. Este trabalho está organizado em duas partes: uma, pretende definir e discutir os conceitos principais e as concepções teóricas sobre o discurso; a outra, apresentar as técnicas da análise de discurso.

O conceito de discurso

Na literatura que trata sobre linguagem o conceito de discurso é o mais utilizado e muitas vezes é o menos definido. A ambigüidade na definição do conceito de discurso tem provocado muitas confusões, desde sua identificação simplória com a oratória, passando por uma falsa identidade com a ideologia enquanto inversão do real e finalmente, com a identificação generalizada da análise do discurso com a análise de textos.

Dado que o discurso remete a um contexto social e histórico a lingüística o desloca do seu campo de estudo. A rejeição do discurso como objeto de parte da lingüística, lhe tem permitido ganhar dois traços característicos: o de não confundir-se com a frase por estar além dela e admitir a existência de um sujeito social historicamente determinado. O estudo do discurso não pode ser entendido como um ramo da lingüística, mas como um estudo das formas que

sujeitos históricos significam suas condições de existência, e isto supõe a incorporação da historicidade do "texto". Laclau e Moffe, citados por Pinto (1989), consideram que o fenômeno das práticas lingüísticas e o fenômeno das práticas sociais devem ser entendidos de forma inseparável, portanto o sujeito do discurso é perceptível nas práticas sociais que devem ser entendidas como produção social de sentido. "O discurso (...) nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem" (Pinto, 1989: 19).

Osakabe (1979) propõe definir o discurso, não como um conjunto específico de regras, mas como uma realidade empírica. Entende-se como realidade empírica um objeto delimitável no tempo e no espaço, perceptivelmente observável e compreensível, além de analisável em seus elementos mais recorrentes.

Podemos mencionar que há duas tendências definidoras do discurso: uma que considera o discurso como uma combinatória de frases, que tem suas origens nos trabalhos de Harris, e outra cujos fundamentos estão em Benveniste e Jakobson que consideram o discurso como a instância onde há um jogo de inter-subjetividade. Quando Harris fala de discurso, faz equivaler o termo de *discurso* ao termo de *enunciado seguido*. "Este artigo apresenta um método de análise do enunciado seguido (escrito ou oral) a que chamaremos discurso" (Harris apud Osakabe, 1979)

1.1 As origens da análise do discurso

De acordo com Maingueneau (1993), para caracterizar a análise do discurso devem ser salientados quatro elementos:

a. delimitação geográfica: a análise do discurso é um fenômeno limitado à França, mesmo que existe também uma disciplina com esse nome "discourse analysis" na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, já que essa disciplina tem uma concepção teórica distinta. Na França a análise do discurso não se restringe à análise da língua, como acontece nos Estados Unidos, mas estabelece uma relação complexa entre o campo da língua e a sociedade.

b. influência do estruturalismo - como continuação da lexicologia estrutural - o método harrisiano permite uma análise a partir da palavra (técnica da palavra-pivô).

c. influência de uma visão política: aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuperável.

d. a impossibilidade da análise do discurso sem o apoio em uma teoria do sujeito.

1.2 A Escola Francesa e a Escola Americana

A divisão entre a escola francesa da análise do discurso e a escola americana, marcam duas formas de pensar a teoria do discurso: uma que entende como extensão da lingüística (a escola americana) e a outra que procura a relação entre linguagem e sociedade. Na perspectiva da escola americana, vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas da instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem.

Nos Estados Unidos a análise do discurso é uma disciplina dominada pelas correntes interacionistas e etnometodológicas que toma como objeto essencial de estudo a conversação ordinária. O quadro seguinte explicita as diferenças.

	AD francesa	AD anglo-saxã
Tipo de discurso	<i>Escrito</i> Quadro Institucional doutrinário	<i>Oral</i> Conversação cotidiana comum
Objetivos determinados	<i>Propósitos textuais</i> explicação - forma Construção do objeto	<i>Propósitos comunicacionais</i> descrição - uso Imanência do objeto
Método	"estruturalismo" lingüística e história	interacionismo psicologia e sociologia
Origem	lingüística	antropologia

Fonte: MAINGUENEAU, 1993

Harris e a Escola Americana (década de 50)

Nos anos 50 a análise do discurso se constitui com os trabalhos de Zellig S. Harris (extensão dos procedimentos da lingüística distribucional americana a enunciados ultrapassando o quadro da frase - denominados discursos) e, por outro lado, com os trabalhos sobre a enunciação (de Roman Jakobson e Emile Benveniste), que procuraram pôr em evidência como o sujeito falante se inscreve nos enunciados que emite.

Harris é um dos poucos teóricos do discurso que não reconhece a estreita vinculação que existe entre discurso e enunciação, já que com método puramente formal, prescinde do conteúdo na análise do discurso. A obra de Harris se coloca como simples extensão da lingüística imanente, na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso.

A lingüística pode ser considerada como a ruptura de duas barreiras: a que impede a passagem da frase ao discurso e a que separa a língua da fala, ou melhor, dos fatores sócio-históricos que a envolvem. Para Saussure a fala é acessória e mais ou menos acidental. A língua seria então um conjunto de regras sistematizadas, enquanto que a fala suporia a autonomia do sujeito falante enquanto sujeito psicológico. O conceito de "discurso" veio substituir o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo ao funcionamento de enunciados, e não mais como um sujeito produzindo sentido. Os textos produzidos aparecem em relação às condições de possibilidade de sua articulação com um exterior, por exemplo, com as formações ideológicas.

Harris tenta derrubar a primeira barreira, propondo um processo de estruturação global do texto pela integração das frases em unidades maiores. Pêcheux, Verón, Slakta e Ducrot, estão mais interessados em superar a segunda barreira e retornar ao extralingüístico, elemento indispensável à construção do sentido do texto lingüístico.

Para Pêcheux a proximidade com Harris é muito grande: redução do texto a enunciados elementares que lembram a frase "núcleo" de Harris. Pêcheux empresta de Harris, um "procedimento" e não uma "teoria da língua".

Entendendo o discurso como sendo não apenas distinto dos enunciados simples mas também como a soma destes, Harris propõe, através de transformações fornecidas pela gramática, a sua homogeneização de tal forma que resulte numa cadeia de enunciados separados pelos seus operadores específicos. Cada enunciado tem a forma fundamental de um NVN, isto é, de um tripé irreduzível e ordenado (nome, verbo, nome). Após esse processo de homogeneização que reduz o discurso a essa cadeia, e só após isso, é que se opera no sentido de obterem as classes de equivalência entre enunciados.

Cada discurso, enquanto uma seqüência assim obtida, tem uma organização específica de classes de equivalência que lhe dá sua fisionomia individual, ou seja, sua análise tem como unidade não os elementos que compõem o enunciado, mas o próprio enunciado. A ligação de enunciados é observada a partir da existência de conectivos (ou de sua ausência) e da construção de uma classe que comportaria esses conectivos e que indicaria o lugar deles no interior do discurso.

O método proposto por Harris é baseado na linearidade do discurso. Ele toma como ponto de partida um discurso efetivamente pronunciado, numa situação específica, mas não fornece critérios para sua delimitação. Restringe sua definição enquanto seqüência de enunciados. Ao contrário de Harris, Pêcheux discute o problema da delimitação e considera a oposição enunciação e enunciado, pensando a primeira em termos de condições de produção e o segundo enquanto superfície verbal resultante de tais condições.

1.3 A Escola Francesa (década de 60)

Para Maingueneau (1993), a análise do discurso teve, de início, uma emergência geográfica delimitada: a França. Nesse sentido ele sugere desconhecer a tradição americana. Segundo ele, a análise do discurso é concebida na França como um dispositivo que coloca em relação de forma complexa o campo da língua (suscetível de ser estudada pela lingüística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica)

O Contexto intelectual: *uma prática escolar (a filologia) e o estruturalismo.*

A análise do discurso aparece nos anos sessenta sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na lingüística. Por suas

relações privilegiadas com o estruturalismo, a análise do discurso é admitida como um prolongamento natural daquilo que tomou o relevo da tradicional “explicação de texto”: a lexicologia estrutural. Com efeito, tal como será re-interpretado na análise do discurso, o método harrisiano permite uma análise a partir da palavra (e esta será a técnica da palavra-pivô), integrando, entretanto, a dimensão de um reconhecimento da espessura sintática da língua.

A análise do discurso surge do encontro de uma prática escolar e um contexto intelectual. A prática escolar a que nos referimos é a filologia, a mais difícil arte de ler, cujo papel consiste em determinar o conteúdo de um documento lavrado em língua humana. O filólogo quer conhecer a intenção daquele cuja fala é conservada através da escrita. Deseja captar a cultura e o meio no interior dos quais este documento nasceu e compreender as condições que permitiram sua existência. A filologia trata de escritos antigos, embora o método filológico também possa prestar-se à interpretação de documentos contemporâneos.

Do anterior deduz-se que a análise do discurso tem suas raízes na filologia, porém com pressupostos teóricos e métodos totalmente diferentes.

A prática escolar referida é a “explicação de textos”, presente sob múltiplas formas em todo o aparelho de ensino francês. As suas origens decorrem de um certo modo de tratar os textos na sociedade francesa.

Até os recentes desenvolvimentos da ciência lingüística, estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos e colocar questões de natureza variada provenientes da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, como as abaixo:

- O que fala o texto?
- Quais são as idéias principais contidas neste texto?
- Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?

Essas perguntas buscavam encontrar o que o autor “quis dizer”, e o estudo gramatical, um meio para a compreensão do texto e para apoiar o produtor do texto a “fazer-se compreender”.

A conjuntura intelectual é aquela que, nos anos 60, sob a influência do

estruturalismo, viu articularem-se, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A análise do discurso significa a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Os estruturalistas identificaram cultura e linguagem de tal modo que toda a análise de qualquer fato cultural devia tomar uma forma de análise lingüística. No estruturalismo, os conceitos e os métodos lingüísticos foram simplesmente transferidos para outros campos sem ter sofrido reelaborações fundamentais.

1.4 A lingüística de Saussure

A lingüística a partir de Saussure toma a língua como seu objeto, sem ultrapassar a dimensão da frase. O interesse pelo texto como um todo, tornou necessária uma lingüística do texto ou do discurso.

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, sobretudo a sua célebre concepção dicotômica entre língua e fala, ainda que posteriormente se descobriam os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala dos estudos lingüísticos.

Para Saussure o enunciado é um ato individual e, portanto, uma noção não pertinente linguisticamente, enquanto que para Bakhtin, a matéria lingüística é apenas uma parte do enunciado existindo também uma outra parte não verbal, correspondendo ao contexto da enunciação.

Para Saussure, a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido: não se deve procurar o que cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte. Como conseqüência, o “texto”, de modo algum pode ser o objeto pertinente para a ciência lingüística pois ele não funciona; o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistema. A língua, como objeto da ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise.

“Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental” (Saussure, 1987)

A língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo

(pertencente à região do “semiológico”), cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas: a exclusão da fala da ciência lingüística e a exclusão das instituições “não-semiológicas” para fora da zona de pertinência da ciência lingüística.

II Questões teóricas e metodológicas

O limite dos cientistas sociais interessados na análise do discurso está relacionado com o método porque deparam-se com procedimentos que são ou insuficientes por suas próprias premissas teóricas, como os utilizados pelos críticos literários estruturalistas ou pouco acessíveis devido o avançado conhecimento de lingüística que exigem (análise automática de discurso, desenvolvida por Michel Pêcheux)

Com este objetivo de delimitar o objeto de estudo, isto é, de como o pesquisador pode realizar um corte no discurso do social para estudá-lo, serão trabalhados dois conceitos, o de *formação discursiva* e o de *corpo discursivo*.

Nem tudo se constitui em objeto da análise do discurso, por exemplo uma conversa de bar ou o discurso de qualquer indivíduo. Os objetos que interessam à análise do discurso correspondem ao que Foucault denomina de *formações discursivas*, ou seja um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1995).

Nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis.

A análise do discurso relaciona-se com textos produzidos:

- no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação;
- nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, políticos;
- que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado.

2.1 Operacionalização do corpo discursivo para a análise

O conceito de corpo discursivo se opõe ao de formação discursiva por ter natureza distinta. O pesquisador cria o primeiro mas em relação ao segundo sua interferência se limita a identificá-lo. O pesquisador sempre trabalhará com um corpo e não com uma formação discursiva. Para a construção de um corpo discursivo é necessário definir os dois conceitos. Foucault propõe o conceito de formação discursiva.

Como a formação discursiva tem uma dinâmica própria o estabelecimento de um corpo discursivo de análise depende, em grande medida, da intervenção do pesquisador: um corpo discursivo é uma construção.

Um corpo discursivo pode pertencer a mais de uma formação discursiva tanto no sentido sincrônico como diacrônico, desde que sejam guardadas estáveis as condições de produção.

Tomando como exemplo o discurso da economia clássica, um corpo discursivo seria o formado pelas teses dos economistas ingleses da primeira metade do século XIX ou, a outra possibilidade é a de construir um corpo de discurso a partir de diferentes formações discursivas. Trata-se de constituir um corpo discursivo que perpassa diacronicamente diversas formações discursivas. É o caso da proposta de Foucault de construir uma história da sexualidade de Roma até o século XX.

O conceito de condições de produção

Um conceito importante na construção de um corpo passível de análise é o conceito de condições de produção. Pêcheux chamou a atenção para a necessidade de definir as condições de produção. Os problemas envolvidos na identificação destas condições são possivelmente os mais delicados e os de mais difícil solução, não se limitam ao momento da construção do corpo discursivo estando presente ao longo de todo o trabalho de análise.

As condições de produção devem privilegiar, ao mesmo tempo, tanto as condições de enunciação como a própria análise do jogo das interações verbais ("pragmática").

Quanto à questão do sujeito da enunciação deve-se ter presente a especificidade do conceito que não pode ser confundido com simplesmente o

sujeito que enuncia: sua presença está necessariamente relacionada com sua existência anterior ao enunciado e ao ato de enunciar.

Pinto (1988), em relação a um segmento que se poderia chamar "discurso Sarney", pergunta-se: é viável pensá-lo como um corpo discursivo? Do ponto de vista das condições de enunciação seria não. Sarney foi por um tempo o presidente do partido de apoio ao regime militar no Brasil para passar a ser posteriormente o Presidente da República, apoiado pelo partido que no período anterior fora o opositor mais destacado ao regime militar. Estão presentes neste caso duas condições de enunciação completamente diferentes. Salvo a proposta de pesquisa ser muito específica, não se pode considerar o "discurso Sarney" como um corpo. Isto seria possível somente se as hipóteses de pesquisa fossem relacionadas a trajetórias de políticos que, no Brasil, serviram ao regime militar e tornaram-se figuras de relevância no processo de transição democrática.

Os objetos que interessam à análise do discurso correspondem ao que se chama, com frequência, de formações discursivas, um conceito que Foucault (1995) entende como:

"(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram numa época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa."

Segundo Pêcheux as condições de produção podem ser graficadas da seguinte forma:

$$\begin{array}{c} (L) \\ D \\ A = > B \\ R \end{array}$$

A: o "destinador"

B: o "destinatário"

R: o "referente"

(L): o código lingüístico comum a A e a B,

= > : o "contato" estabelecido entre A e B

D: seqüência verbal emitida por A em direção a B. Não significa uma mensagem, ou seja uma transmissão de informação entre A e B. É um "efeito de sentidos" entre os pontos A e B.

Elementos estruturais das condições de produção

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social (patrão, funcionário, operário). Esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Aqui a influência marxista em Pêcheux é clara. O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem, cada um a si e ao outro e a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Ou seja, que a antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
B IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Gadet, F. e T Hak (1993)

O discurso como um processo

O processo discursivo não tem início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma. É necessário referi-lo ao conjunto dos discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. Isto é fielmente aplicado no caso da análise de Lima (1990) sobre o discurso de Getúlio Vargas.

O campo da investigação sociológica

Na medida em que a sociologia se dá por tarefa interrogar a relação entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada, ela trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua situação (sócio-econômica) e sua posição (ideológica) na estrutura. O que o sujeito diz deve sempre ser referido às condições em que ele diz: o que é pertinente não é tanto o "conteúdo" da entrevista que um diretor de empresa dá ao sociólogo, mas a confrontação desse discurso que ele sustenta em relação ao que ele diz e faz em outro lugar, isto é, em relação a outros papéis discursivos cujos efeitos podem ser apreendidos em outro lugar (Pêcheux).

O domínio da análise de discurso é ilimitado. Costuma-se recorrer a tipologias funcionais (discurso jurídico, religioso, etc.) ou formais (discurso narrativo, didático, etc.). Mas o estudo destes últimos constitui apenas uma etapa preliminar para a análise de discurso. Ela cruza-os uns com os outros, especificando-os espacial e temporalmente, associando-os necessariamente a condições de produção particulares: o discurso jurídico e didático de tal época e de tal lugar, o discurso polêmico filosófico em tal contexto. Ou seja que fazendo variar este ou aquele parâmetro, pode-se construir uma infinidade de objetos de análise.

O que distingue a análise de discurso de outras práticas de análise de texto é a utilização da lingüística. Uma vez afirmada a inscrição da análise de

discurso no espaço lingüístico, é conveniente questionar de que forma deve pensar sua relação com a lingüística. É preciso ser lingüística e deixar de sê-la ao mesmo tempo. A análise de discurso não é uma parte da lingüística que estudaria os textos, da mesma forma que a fonética estuda os sons, mas ela atravessa os conjuntos de ramos da lingüística.

É necessário certo conhecimento de lingüística daqueles que praticam a análise de discurso e aprofundamento no conhecimento da linguagem.

A relação entre lingüística e a teoria do discurso: o quadro epistemológico

De acordo com Pêcheux o quadro epistemológico da análise do discurso consiste na articulação de três regiões do conhecimento científico:

- a) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- b) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- c) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.²

Convém salientar que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Qualquer discussão sobre a análise de discurso deve implicar o estudo das obras lingüísticas. Porém, como isto nem sempre é possível, pelo menos devem ser esboçadas esquematicamente as referências lingüísticas sobre as quais se baseia a pesquisa na análise de discurso.

²É necessário explicar os termos semântica, semiótica e semiologia. A semiótica, ou ciência dos signos, foi introduzida por J. Locke no quadro de uma filosofia empirista da linguagem. A semântica é a relação dos signos com o que eles designam; sintaxe refere-se às relações dos signos entre si e pragmática é a relação dos signos com seus usuários. O termo semiologia foi introduzido pelo lingüista F. de Saussure para definir o objeto da lingüística no interior de um quadro mais amplo: "A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos."

A cena enunciativa

Durante muito tempo a análise de discurso tomou como objeto os "corpus" por ela apreendidos independentemente dos atos de enunciação que os havia tornado possíveis, já que entendia "as circunstâncias" da enunciação mais como um conjunto de elementos moduladores do que como uma dimensão constitutiva do discurso. Atesta esta situação a maneira como era utilizada a noção de instituição: se a língua era reconhecida como uma instituição, o mesmo não ocorria com o discurso. É sobretudo através dos atos da fala que uma concepção diferente emergiu. Apoiando-se em modelos emprestados do direito, do teatro ou do jogo, a pragmática tentou inscrever a atividade da linguagem em espaços institucionais.

Na perspectiva pragmática, a linguagem é considerada como uma forma de ação; cada ato da fala é inseparável de uma instituição, aquela que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado. Ao dar uma ordem coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer; ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem reunidas.

É por essa razão que Sader (1988) considera que a ação revela também o sujeito e que a linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados. Reconhece que através da linguagem o sujeito não apenas comunica algo aos outros como também para si mesmo.

Os atos da fala acionam convenções que regulam institucionalmente as relações entre sujeitos, atribuindo a cada um estatuto na atividade da linguagem (contrato). Ex: na instituição escolar, qualquer enunciação do professor é colocada em um contrato que lhe credita o lugar de detentor do saber. Ele é antecipadamente legitimado.

Por outro lado, a língua comporta um catálogo completo de relações inter-humanas, toda uma coleção de papéis que o locutor pode escolher para si e impor ao destinatário. Há uma certa tendência a ampliar esse ponto de vista, integrando os papéis em um complexo mais rico: uma "encenação" ou uma "cenografia".

De modo geral, a pragmática tende a enfatizar que "a tomada da palavra" constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante um ato

realizado e exige que este o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e atribuo um lugar complementar ao outro, peço-lhe que se mantenha nele e que reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar.

Lugar e Cena

A análise de discurso prefere formular as instâncias de enunciação em termos de “lugares”, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever.

Trata-se de determinar, segundo Foucault, qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser sujeito.

A teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado.

O gêneros do discurso

O indivíduo não é interpelado como sujeito, sob a forma universal do sujeito de enunciação, mas em um certo número de lugares enunciativos que fazem com que uma seqüência discursiva seja uma alocação, um sermão, etc.

Os enunciados dependentes da análise de discurso se apresentam não apenas como fragmentos de língua natural desta ou daquela formação discursiva, mas também como amostras de um certo gênero de discurso. Cada gênero presume um contrato específico pelo ritual que define. Um mesmo texto encontra-se geralmente na interseção de múltiplos gêneros. Cabe ao pesquisador definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes.

Um gênero de discurso implica condições de diferentes ordens:

- Comunicacional: Trata-se de transmissão oral ou escrita? Em que meio (jornal, rádio, TV)? A cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado.

- Estatutário: Que estatuto o enunciador deve assumir e qual estatuto deve conferir a seu co-enunciador para tornar-se sujeito de seu discurso? Quem

fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos falantes tem autoridade de exercer esta espécie de linguagem? A fala médica não pode vir de qualquer um, disse Foucault (1995).

O Ethos

Não basta falar de “lugares”; a descrição dos aparelhos não deve levar a esquecer que o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma “voz”.

O que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis. A integração do discurso ao corpo e à voz, bem como a do corpo e da voz ao discurso. Porém o corpo não é oferecido ao olhar, não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. O discurso é indissociável da forma plena na qual “toma corpo” (noção de incorporação).

A formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e, correlativamente àquela do destinatário; lhes “dá corpo” textualmente.

Para Bourdieu apud Maingueneau (1993), o exercício da linguagem também deve ser pensado como uma técnica do corpo, sendo a competência, propriamente lingüística e a fonologia em especial, uma dimensão da héxis corporal onde se expressa toda a relação com o mundo social.

2.2 O Conceito de Foucault

Para Foucault (1995) o discurso está formado por elementos dispersos sem nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso estabelecer as “regras de formação” capazes de reger a formação dos discursos. Essas regras permitiriam determinar os elementos que compõem o discurso: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas relacionados a um sistema comum; os temas e teorias, ou seja, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. “Um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva.” Para Foucault a análise de uma formação discursiva consistirá na descrição dos enunciados que a compõem.

Foucault define quatro características constitutivas do enunciado. A primeira é a relação do enunciado com seu correlato, que Foucault chama de referencial. O referencial, aquilo que o enunciado enuncia, é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designados pela frase.

A segunda característica diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito que contém a crítica a uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem. Foucault rompe com a concepção da história como um discurso contínuo, e propõe uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade. Ele atribui à instância singular do discurso um estatuto privilegiado, ou seja, como uma análise histórica descontínua sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora. Segundo Foucault (1995), descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

Então, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. É por essa razão que Foucault fala de dispersão do sujeito decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso. Essa dispersão reflete as descontinuidades dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos.

A concepção do discurso como um campo de regularidades, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações. Foucault considera que o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem fonte ordenadora das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso.

A terceira característica refere-se à existência de um “campo colateral” associado ao enunciado integrando-o a um conjunto de enunciados, já que, ao contrário de uma frase ou proposição, não existe um enunciado isoladamente.

A quarta característica é aquela que faz emergir o enunciado como objeto, ou seja refere-se a sua condição material. Para caracterizar essa

materialidade, Foucault faz uma distinção entre enunciado e enunciação. Enquanto que a enunciação caracteriza-se pela singularidade, pois nunca se repete, o enunciado pode ser repetido. Enunciações diferentes podem encerrar o mesmo enunciado. Porém, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade que é de ordem institucional, uma frase dita no cotidiano, inserida num romance ou inscrita num outro tipo qualquer de texto, jamais será o mesmo enunciado, pois em cada um desses espaços, possui uma função enunciativa diferente.

Apesar de que as idéias de Foucault contribuem à análise do discurso, ele não as aplicou no nível lingüístico, deixando essa tarefa para o lingüista. No entanto, é necessário salientar os seguintes aspectos da sua análise:

- a concepção do discurso considerado como prática que provém da formação de saberes e a necessidade de sua articulação com as outras práticas não discursivas;
- o conceito de “formação discursiva”, cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas “regras de formação”;
- dentre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação e enunciado;
- a concepção do discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de luta;
- o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder;
- a produção desse discurso gerador de poder é controlada por certos procedimentos que têm por função eliminar qualquer ameaça à permanência desse poder.

2.3 A análise automática do discurso de Pêcheux

Para Pêcheux, as formações discursivas são componentes de formações ideológicas, por sua vez relacionadas a condições de produção específicas, que englobam o mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso e as características múltiplas de uma situação concreta.

De acordo com Michel Pêcheux, é impossível a análise do discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito.

Pêcheux elabora uma crítica marxista à concepção de Foucault, chamando a atenção sobre a necessidade de recuperar o seu aspecto materialista. Procurando uma articulação com a teoria do discurso de Foucault, Pêcheux, propõe um quadro epistemológico baseado no materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais e suas transformações; na lingüística, como uma teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Pêcheux elabora duas noções centrais:

- a noção de base lingüística que constitui o objeto da lingüística e compreende todo o sistema lingüístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas.

- a noção de processo discursivo-ideológico. A preocupação de Pêcheux é inserir o processo discursivo em uma relação ideológica de classes.

Segundo essa perspectiva, se o processo discursivo é produção de sentido, o discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso.

2.4 A concepção marxista de Bakhtin

Bakhtin parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação. No entanto para ele, afastando-se aqui de Saussure, a língua é algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala.

Bakhtin não só coloca o enunciado como objeto de estudos da linguagem, como dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

A análise de Bakhtin, sendo claramente marxista, aborda as relações entre linguagem e sociedade, considerando o signo enquanto efeito de estruturas sociais. Sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem? Essa é a questão central na teoria de Bakhtin.

A língua, como para Saussure, é um fato social cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas ao contrário de Saussure, Bakhtin valoriza a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. A fala é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, etc.

III A Técnica

Um dado discurso é submetido a um certo número de operações de desmembramentos e de classificação semânticas, sintáticas e lógicas simultaneamente. Além disso, os operadores ou palavras de ligação (ex.: “de repente”, “visto que”, “logo que”, etc.) são considerados e desempenham uma função importante. Cada frase (considerada como uma seqüência entre sinais de pontuação) é decomposta em proposições. Isto implica operações de lingüística tais como:

- Substituição das anáforas (shifter em inglês; ex.: “aí”, “lá”, “cujo”) pelos termos que representam;

- O restabelecimento da ordem canônica, ex.: “quando eu o encontrei, o homem estava morto, asseguro-o”, o que dá: “asseguro (que) o homem já estava morto (quando) eu encontrei o homem.”;

- O reagrupamento dos morfemas não conexos que representam os operadores;

- A recuperação de proposições latentes a partir de índices fornecidos pela superfície, ex:

“Vi o expresso de Bordéus e o comboio de Le Mans” torna-se, “Vi o expresso de Bordéus (e) vi o comboio de Le Mans.”

Procuram-se as dependências funcionais nas frases e entre as frases. Ex:

“A madeira é mais leve do que a água *uma vez que vem* à superfície *assim que* a mergulhamos na água”.

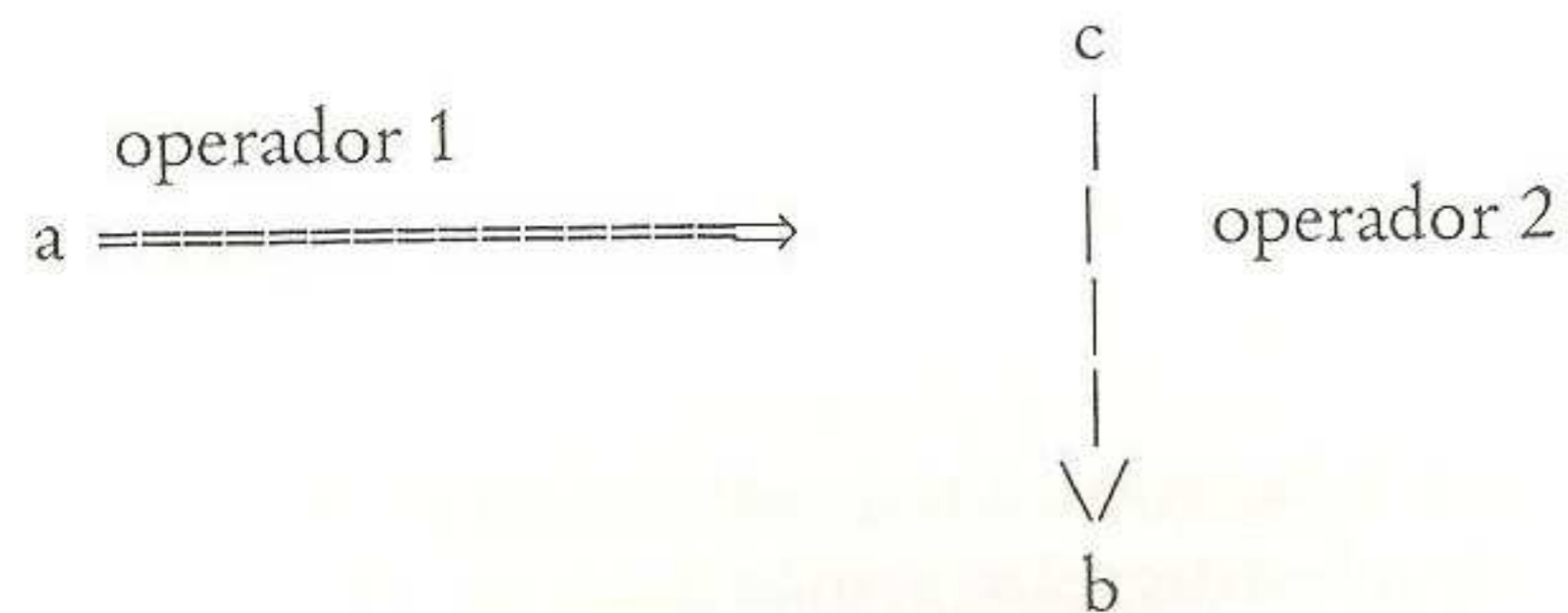
A decomposição em três proposições: a, b e c.

a= "a madeira é mais leve que água",

b= "a madeira vem à superfície",

c= "mergulhamos a madeira na água".

O operador 1= "visto que" e o operador 2= "uma vez que", são assim representados de maneira lógica:



Para estabelecer as dependências funcionais entre as frases, procede-se por extração dos elementos e das proposições que desempenham o papel de operadores, baseando-nos para isso em vários critérios:

a) As dependências funcionais também existem no interior da proposição. As proposições podem ser divididas em enunciados ou em unidades mínimas. A técnica foi inspirada na análise distribucional e transformacional de Harris. Ex:

"Toda a gente sofreu com as insuficiências climatéricas no decorrer dos últimos meses"

A um conjunto de unidades:

"Toda a gente sofreu insuficiências",

"toda a gente sofreu nestes meses",

"estes meses são os últimos".

Estes enunciados mínimos são afetados com um número e suas características são codificadas.

Ex.: As características tomadas em consideração na unidade "toda a gente sofreu insuficiências" são:

* ativo, afirmação, pretérito perfeito simples do indicativo;

* S: "toda a gente";

* V: "sofrer"

* Não há advérbio;

b) Representação das proposições em gráficos, seguida da classificação das relações binárias obtidas. Trata-se de representar de maneira formal o sistema de dependência entre os enunciados do discurso.

c) A análise automática: a partir do momento em que o conjunto dos enunciados elementares e das relações binárias são codificados podemos passá-los para cartões perfurados.

d) Constituir os "domínios semânticos" reagrupando certos pares de relações binárias e,

e) Analisar as dependências entre estes domínios

Dir-se-á que dois enunciados têm a mesma interpretação semântica se:

- forem paradigmaticamente próximos um do outro (condição de proximidade semântica);
- se estiverem ligados por dependências funcionais idênticas a dois outros enunciados.

Com base nisto tem-se dois tipos de operações:

- comparação paradigmática dos enunciados
- formação dos domínios semânticos pelo relacionamento dos enunciados por intermédio de operações de dependência.

Ex: "Um relâmpago atravessou a noite",

"um raio atravessou a noite"

"uma língua de fogo atravessou a noite"

Estes três enunciados obedecem à "condição de proximidade paradigmática", porque "uma língua de fogo", "um raio", "um relâmpago", são substituíveis no contexto "atravessou a noite".



O programa principal elabora os domínios semânticos e analisa suas relações. Os domínios são ordenados e chega-se a hiper-domínios aos quais é possível atribuir uma denominação que indique sua função no discurso.

Para Bardin (1977), a análise automática do discurso de Pêcheux é um tipo de análise de conteúdo por três razões: primeira, porque o procedimento tem como objetivo a inferência a partir dos “efeitos da superfície” de uma “estrutura profunda” ou seja dos processos de produção; segunda, porque essa “técnica de análise” inscreve-se numa sociologia do discurso que procura estabelecer as ligações entre a situação (condições de produção) na qual o sujeito se encontra e as manifestações semântico-sintáticas da superfície discursiva e terceiro, porque a análise automática de discurso tem como objetivo a “destruição da análise de conteúdo” visando a sua substituição, portanto, segundo Bardin, procura preencher a mesma função através de meios diferentes.

Por outro lado, Pinto (1988) no seu “exercício metodológico”, como ela mesma o denomina, explicita os procedimentos técnicos utilizados para analisar o “discurso de Sarney”.

De início a primeira questão a ser colocada seria: é viável pensar o “discurso de Sarney” como um corpo discursivo? A segunda questão refere-se à identificação das interações verbais com o objetivo de capturar a relação entre o corpo discursivo e o universo de discursos com os quais se relaciona.

A primeira preocupação do pesquisador deve ser construir um corpo discursivo que atenda às necessidades de seu problema de pesquisa e que, simultaneamente, considere a multiplicidade dos discursos sociais em um momento histórico determinado. O reconhecimento dessa multiplicidade pode ser ponto de partida para um processo de redefinição do problema e das hipóteses inicialmente colocadas pelo pesquisador.

Uma segunda questão é a identificação das condições de produção construídas no interior do próprio discurso e a determinação da interdiscursividade, isto é, a relação do discurso analisado com outros discursos sociais e, por último, a identificação da não-interdiscursividade, ou seja, a especificação dos “locais” que dão suporte ao discurso: partidos políticos, sindicatos, igreja, movimentos sociais, etc.

Para a operacionalização da análise do corpo discursivo o primeiro passo, segundo Pinto (1988) é a fragmentação do corpo (organização do material), para depois definir uma proposta de organização do material escrito. A fragmentação do texto constitui-se em estabelecer unidades para a análise, o que significa fragmentar o texto em sua estrutura de parágrafos e identificar os significantes, isto é, dividir os parágrafos em orações e encontrar os sujeitos (gramaticais ou não). Deve-se ter presente que na análise estão sendo trabalhados paralelamente dois conceitos: o de sujeito gramatical e o de sujeito social. O primeiro conceito é simples e pode ser encontrado em qualquer gramática escolar: o sujeito de uma oração é quem fala ou de quem se fala. No que concerne ao sujeito social, a questão da conceptualização é um pouco mais complicada.

Na oração: “Este pleito é de excepcional importância” o sujeito gramatical “este pleito” não é um sujeito social; ou,

“O país mudou, e mudou com a ajuda e o apoio de todos os brasileiros”, os “brasileiros” são sujeitos sociais que não correspondem ao sujeito gramatical da oração.

O ponto central na construção de significação é o reconhecimento de que elementos só ganham sentido em suas relações com outros elementos, um processo que a lingüística chama de relações *sintagmáticas* e *paradigmáticas*. Por exemplo:

Um copo de leite

xícara

jarra

garrafa

pote

Os elementos *Um, copo, de e leite* estão em relação sintagmática ou seja, cada elemento restringe o outro. O elemento *Copo*, por exemplo, adquire um sentido específico na expressão através de sua relação com os elementos *Um e Leite*. Ele deixa de ser um copo qualquer para ser, pela presença do artigo indefinido, um copo, mas modalizado, um copo qualquer de leite.

De outra forma os elementos *copo, xícara, jarra, garrafa*, encontram-se em relação paradigmática: um elemento pode substituir a outro sem alterar o sentido da expressão. Seria impossível construir a expressão da seguinte forma:

“Leite um copo de” mas é possível escrevê-la “Uma xícara de leite”, etc.

Entretanto a identificação das relações sintagmáticas e paradigmáticas ao nível do discurso é mais complexa, torna-se mais complicada.

A principal conclusão de Pinto (1987) na sua tentativa de analisar o discurso de Sarney, é de que, ao diferenciar os sujeitos gramaticais e constatar o predomínio de sujeitos gramaticais que não correspondem a sujeitos sociais no discurso de Sarney, é de que a fala presidencial, três dias antes das eleições, tinha como objetivo apresentar-se como um relato impessoal sobre a realidade brasileira.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho mostramos que a análise do discurso não se restringe a meras regras técnicas. O discurso é entendido como uma realidade empírica que pode ser observada e analisada. Nesse sentido vale a pena salientar a importância de três conceitos: formação discursiva, condições de produção e corpo do discurso. Enquanto que as formações discursivas e as condições de produção têm dinâmicas próprias (o papel do pesquisador se limita a identificá-las), o corpo do discurso é criação do pesquisador.

A influência da ideologia nas formações discursivas obrigou a sociologia a desinteressar-se da análise do discurso, deixando de lado uma vasta quantidade de material empírico que poderia ser utilizado na análise do comportamento dos sujeitos sociais. A ideologia deve ser vista como parte integrante das práticas sociais dos sujeitos e portanto não pode ficar fora do interesse da sociologia. A análise do discurso possibilitará a incorporação desse conceito, porém redimensionado, isto é, não significando a inversão do real.

O predomínio da escola francesa da análise do discurso informa da influência de um tipo de marxismo mecânico que visualiza o discurso como a arena onde se confrontam as classes sociais, apesar de que alguns autores como Maingueneau (1993) nos tentam convencer da existência de novas tendências da análise do discurso, o que não deixa de ser verdade. Porém, essas frágeis mudanças contrastam com um conjunto rígido influenciado pelo dogmatismo marxista e o estruturalismo. Acreditamos que a sociologia poderá vir a contribuir nesse nascente processo de mudança.

Os cientistas sociais se deparam com a dificuldade de dominar a teoria e as técnicas linguísticas o que leva muitos sociólogos a rejeitar o discurso como objeto de estudo ou a questionar a necessidade de fazer uso de um arsenal de técnicas complicadas para analisar as formações discursivas.

A questão final que queremos deixar para reflexão é a seguinte: será necessário utilizar esse conjunto de técnicas para analisar um determinado corpo discursivo? Será que o pesquisador pode chegar às mesmas conclusões sem ter que fazer uso das técnicas e dos conceitos da linguística?

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1984
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia - O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979
- DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix
- FOUCAULT, Michael. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GADET, F. & T. Hak. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso. - uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993
- GREIMAS, A. J. *Semiótica do discurso científico - Da modalidade*. São Paulo: Difel, 1976

- GREIMAS, A. J. et alii. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986
- GREIMAS, A. J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1986
- HAUDRICOURT, André Georges, et. alii. *Estruturalismo y lingüística*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1971
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992
- JAKOBSON, Roman et alii. *Língua, discurso, sociedade*. São Paulo: Global, 1988
- LEDUC, Victor. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa: Editorial Presença,
- LIMA, Maria Emília A. T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1993.
- MCKESEY, Richard e Donato, Eugenio. (org.) *A controvérsia estruturalista - as linguagens da crítica e as ciências do homem*. São Paulo: Cultrix.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento - As formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Construindo a desconstrução - exercício metodológico sobre Análise de Discurso*, 1988 (mimeo).
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- RECTOR, Monica. *Para ler Greimas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- SCHAFF, Adam, et. alii. *Linguística, sociedade e política*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.